



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS- DCG

MARCELO JOSÉ DOS SANTOS ALMEIDA

**ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA
PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

MARCELO JOSÉ DOS SANTOS ALMEIDA

MARCELO JOSÉ DOS SANTOS ALMEIDA

**ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS – EJA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
AUDITIVA**

Trabalho de conclusão de curso realizado
para o curso de licenciatura em geografia -
UFPE requisito necessário para a
obtenção do título de licenciada em
geografia.

Orientador: Prof. Josias Ivanildo Flores de
Carvalho

Linha de pesquisa: Ensino de Geografia

Recife

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Almeida, Marcelo José dos Santos.

Ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos - EJA para estudantes
com deficiência auditiva / Marcelo José dos Santos Almeida. - Recife, 2022.

63

Orientador(a): Josias Ivanildo Flores de Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia -
Licenciatura, 2022.

1. Educação especial. 2. Prática docente. 3. EJA. 4. Ensino. I. Carvalho,
Josias Ivanildo Flores de. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

MARCELO JOSÉ DOS SANTOS ALMEIDA

**ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA
PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de geografia do Departamento de Ciências Geográficas – UFPE, como requisito necessário para a obtenção do título de licenciada em geografia.

Orientador: Prof. Josias Ivanildo Flores de Carvalho

Linha de pesquisa: Ensino de Geografia

TCC aprovado em _____ de _____ de 2022



Documento assinado digitalmente

JOSIAS IVANILDO FLORES DE CARVALHO

Data: 14/11/2022 13:30:03-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Orientador Dr. Josias Ivanildo Flores de Carvalho

Profa. Dra. Juliana Nóbrega de Almeida - Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Prof. Ma. Laryssa de Aragão Sousa - Secretária Municipal de Educação de Gravatá - PE.

A minha mãe, Maria Antônia da Conceição (in memoriam), por acreditar no possível que a educação é transformadora e a meu esposo, Gildo Júnior pelo apoio, familiares e amigos pela torcida da minha trajetória, a minhas persistências em concluir nessa caminhada de mais de quatro anos que fortalecem em todos os momentos tortuosos.

AGRADECIMENTOS

É imensurável as quantidades dos caminhos percorridos que vê que desviar diante de tantas dificuldades que se apresenta no decorrer da graduação, mas não posso deixar de enfatizar a Deus, por ter me dado vida e potencial cognitivo e persistência nessa caminhada com muitas rochas para desviar.

Aos colegas de turma que ajudaram e tiveram empatia em me engajar nos grupos e levantar quando estava a cair, aos familiares que contribuíram de certa forma para poder realizar os estudos.

Os professores, que foram muitos, por darem tanta atenção a uma pessoa com deficiência auditiva para construção de reflexão e repetir diversas vezes quando não entendia, ao Professor Josias Carvalho, pelo educador que é e por me compreender.

A meu esposo que foi junto nessa, contribuindo inúmeras vezes com a janta, com meu mau humor e de se adequar aos meus horários.

Agradeço a Deus e a todos pela construção de formador de conhecimentos!!

RESUMO

O trabalho apresentado visa o ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A Eja é uma modalidade de ensino básica brasileira voltada para jovens e adultos a partir dos 15 anos de idade, para aqueles que não conseguiram acompanhar os estudos em sua cronologia regular, podendo finalizar os estudos fundamental e médio em tempo menor do que o ensino regular. Busco obter uma visão holística através de várias bibliografias para ter uma análise crítica, construtiva e entendimentos da educação inclusiva, que se refere a participação dos alunos, sem distinção, em escola com ensino regular. Poder trazer elementos e métodos capazes de se trabalhar em sala com pessoas com deficiências, com foco no deficiente auditivo no seu aprendizado perante a sala inclusiva. Compreender a realidade dos alunos com deficiência auditiva em sala regular em seu processo de aprendizagem, e ao professor e seus dilemas para este público. Focando nas problemáticas enfrentadas como a falta de recursos humanos, tecnológicos e didáticos para um ensino qualitativo.

Palavras-chaves: Educação Especial; Práticas docentes; Educação inclusiva.

ABSTRACT

The work presented aims at teaching Geography in Youth and Adult Education in Brazil. Eja is a Brazilian basic education modality aimed at young people and adults from the age of 15, for those who were unable to follow their studies in their regular chronology, being able to finish elementary and secondary studies in less time than regular education. . I seek them to obtain a holistic view through various bibliographies to have a critical, constructive analysis and understanding of inclusive education, which refers to the participation of students, without distinction, in schools with regular education. Being able to bring elements and methods capable of working in a classroom with people with disabilities, focusing on the hearing impaired in their learning in the inclusive classroom. Understand the reality of hearing impaired students in a regular classroom in their learning process, and the teacher and their dilemmas for this audience. Focusing on the problems faced such as the lack of human, technological and didactic resources for qualitative teaching.

Keywords: Special education; Teaching practices; Inclusive education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
OBJETIVOS.....	16
Objetivo Geral.....	16
Objetivo específico.....	16
CAPÍTULO 1:	
1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).....	17
1.2 ESTRUTURAS, PROPOSTAS E DIRETRIZES CURRICULARES ATRAVÉS DE LEIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	21
CAPÍTULO 2:	
2.1 ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA DEFICIENTES AUDITIVOS – EJA... ..	24
2.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO DA GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES AUDITIVOS	35
CAPÍTULO 3:	
3.1 PENSANDO A EDUCAÇÃO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E UM BREVE HISTÓRICO.....	40
3.2 DESENVOLVIMENTOS COGNITIVO-LINGUÍSTICO DO ALUNO SURDO.....	44
CAPÍTULO 4:	
4.1 RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	48
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

Este estudo bibliográfico, perqueriza entender a forma que se trabalha com alunos Auditivos, podendo ser observado no processo ensino-aprendizado, já que os auditivos possuem déficit cognitivo. Este déficit que dificulta o entendimento e o aprendizado do aluno limitando-os em suas vidas em diversas esferas globais de socialização..

Em diversas observações, as dificuldades de assimilação, devido à deficiência e o déficit, o conteúdo proposto aos alunos do ensino da Geografia caracteriza muito nas dinâmicas, sendo proativo no engajamento em seu aproveitamento, com efetividade nas atividades ativas.

Faz-se necessário pontuar, que esta pesquisa é fruto da existência da própria deficiência auditiva que possui. Dado que, fui estudante da educação básica de escola pública e não tive um diagnóstico sobre a deficiência auditiva pontando a cognitiva no processo de aprendizado.

Sendo, um futuro professor da Geografia, fecharei ativamente muitas lacunas que até hoje muitos docentes não observam seus alunos com um olhar clínicos capazes de interagir com as diferenças.

Deste modo, faço uso dos seguintes caminhos metodológicos, revisão e pesquisa bibliográfica, levantamento documental e análise deles. Sabemos que a pesquisa e a revisão bibliográfica flexibilizam e oportuniza a realidade da sociedade através de vários estudos, reflexão e olhares.

Contribuir para a sociedade e para que detenha deste documento sobre a relevância de ensinar, aprender e compreender, os aspectos patológicos dos indivíduos e nas abrangências que veremos sobre o ensino inclusivo, vamos entender melhor sobre a educação de jovens e adultos para alunos com deficiência auditiva.

O professor por sua vez deve-se mostrar um bom domínio para um tratamento que se adeque sua forma de lecionar, contudo sabemos que em sala de aula existem as distintas idades e realidades de alunos na sala regular que se conduz no mesmo ambiente do PCD.

A EJA faz parte da educação básica do Brasil que inclui educação Infantil, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, ensino médio técnico, educação no campo, a educação especial, educação profissional, educação escolar indígena, educação escolar quilombola e educação à distância.

As aulas para o deficiente surdo, incluído na EJA, devem ser consideradas, analisados, observados e com as práticas pedagógicas que problematizam e promovidos aos desenvolvimentos enquanto aluno.

Essa modalidade de ensino abrange jovens, adultos e idosos a partir de 15 anos, que em sua trajetória escolar não permaneceram no tempo regular de ensino, que por um percalço da vida tiveram que abandonar a escola.

Para se chegar ao EJA de hoje tivemos uma modalidade de ensino para esse público de alunos fora de faixa etária de idade, movimento este denominado MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado pelo Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, terceiro Militar da era da ditadura militar, em meados dos anos 1970).

Com o propósito de exterminar o analfabetismo do Brasil em 10 anos, o Mobral tinha em seu lema alfabetizar adultos com ensino técnico, adulto e idoso adquirirescrita, cálculos, técnicas e leitura para que interajam com a sociedade. Sendo extinto por viés político e substituído pelo Projeto Fundação Educar.

A criação por meio do decreto n. 92.374, 06/02/86 que estimula a capacitação e a valorização nas atividades dos professores, em seu início do Governo Sarney, com uma “Nova República “como dito anteriormente em substituição ao Mobral”“.

A Fundação Educar teve papel importante recebendo da UNESCO o prêmio

Nadejda Krupskaia em 1988, por esse programa da área de educação de jovens e adultos com a participação comunitária com o objetivo; a) apoiar as instituições governamentais e não governamentais com cooperação técnica; b) atender a população com o programa da educação básica com a idade de 15 anos ou mais que não tiveram acesso à escola.

Com a dissertação de Eliane Ribeiro Andrade e de Adriana Oliveira Lima às duas defendidas no Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas. Em termos de projeto de alfabetização de jovens e adultos por meio de entidades representativas, clubes de mães, movimentos populares etc.

Na conjuntura do aprendizado para a população desassistida em meados dos anos 1990 esse programa foi extinto pelo Governo Fernando Collor de Melo, anos mais tarde veio o Programa que conhecemos hoje EJA (Educação de Jovens e Adultos).

No País Continental como o Brasil um caminho traçado pela a EJA é marcado por controversos, tanto como avanços como retrocessos, o modelo vem desde mudanças políticas e sua colonização que foi iniciado, que a cada mudança eleitoral reestrutura-se proposta para melhor se adequar as realizações governamentais e não governamentais.

Com inúmeros de analfabetismo no país cogita-se a falta de progresso de desenvolvimento e econômico brasileiro tende-se a engajar a EJA como solução para combater o analfabetismo com objetivo de ensinar a ler e escrever. Para pudesse acontecer veio as Diretrizes Educacionais para o alinhamento de ensino.

Na perspectiva do ensino para uma educação, temos as diretrizes que devem ser adotadas para proporcionar uma qualidade de ensino aprendizagem, que é garantida pela Constituição Federal.

A BNCC, Base Nacional Comum Curricular, que não especifica um programa para a Educação de Jovens e Adulto por atender apenas crianças e adolescentes no ensino regular e na idade adequada, embora aleguem que a criança e adolescente têm necessidades maiores do que um adulto.

O ensino da Geografia inicia-se nas instituições Superiores seguindo as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a formação de professores em todo território nacionais postas pelo Conselho Nacional de Educação.

Sem a Base Nacional Comum Curricular que contemple um programa voltado à Educação de Jovens e Adultos fica notório o prejuízo das reais necessidades do estudo, que atende as diversidades de cada indivíduo entre outros existem; população ribeirinha, Trabalhadores rurais e urbanos, idosos, infratores etc.

Trabalhando e executando em um planejamento robusto que possibilite uma permanência que desenvolva práticas pedagógicas que resgatem suas experiências e conhecimentos prévios, e que consistem e vincule em uma empregabilidade cultural da educação, trabalho e práticas sociais (BRASIL, 2002).

Construir uma educação de relação geográfica é importante para um alicerce de um pensamento crítico, reflexivo, interdisciplinar e cidadão, capaz de relacionar com o meio e a relação com o homem em seu cotidiano que adote uma escola inclusiva com observação relevante ao portador de deficiência auditiva.

Trazendo a concepção da surdez, que abordam na história fatos que determinam para elevação da reflexão sobre a claridade de alguns autores Lacerda (1998); Soares (1999) e Luchesi (2003). Em determinada parte da história contada, sobre os surdos, que eles eram seres que não poderiam ser educados, sem capacidade de se desenvolver, se relacionar.

No início do século XVI os poucos pedagogos tiveram o interesse de ensinar com métodos pedagógicos, com o pensamento de desenvolvê-los com aquisição de conhecimentos de comunicação com ouvintes para que compreendessem a linguagem falada com a interação com a sociedade (LACERDA, 2008).

O Ensino para deficientes auditivos nos dias atuais em sala regulares, mostra-se compreensivo que o professor tenha pelo menos a teoria da LIBRA, língua brasileira de sinais, também se torna indispensável um intérprete para auxiliá-lo nas demandas em sala de aula.

Entender cada aluno é fundamental para que a aula seja atrativa transformando o saber científico em saber pedagógico capaz de alunos, ouvintes ou não, se relacionar com o conteúdo geográfico evitando a evasão escolar e da importância do aprendizado para todos os indivíduos, sem distinção de credo, cor, raça, etnias, condições sociais, físicas e não físicas.

O ensino da geografia para todos é de um grande valor social, é uma contribuição que agrega valores inestimáveis, e quando se propõe este ensino de Geografia na Educação de Jovens e adultos para estudantes com deficiência auditiva quebramos muitos paradigmas que seguem intrínsecos na sociedade.

A EJA para educação de deficiente auditiva proporciona ferramenta capaz tornar alunos mais dignos, cidadãos, motivados com estímulos eficazes em razão entender que são pessoas adequadas para qualquer ambiente, sejam escolar, social e profissional, com direitos a qualidade de vida com seus esforços educacionais adquiridos na vida escolar.

Compreender que a aprendizagem na geografia faz parte do seu conhecimento no cotidiano em sua formação como pessoa e aluno, buscar o melhor ensino da Geografia para deficiente auditivo e de entender a minha história, como deficiente.

A EJA é uma ferramenta que proporciona ingresso para os estudos para alunos fora de faixa etária tanto escolar como de idade em foco nos aluno auditivo, como o processo de ensino aprendizagem da geografia atue nessas modalidades.

Podendo contribuir para a formação científica, este estudo visa também entender esse universo da realidade escolar para estes alunos deficientes, entendermos como funciona a EJA, a formação do professor, a dinâmica e a metodologia adotada em sala de aula.

Já ficou claro com a especificidade que a Base Nacional Comum Curricular não mostra diretrizes que integrem a EJA para seu ensino, mesmo assim podemos identificar como se dá a formação do professor de geografia na modalidade EJA na sala inclusiva e aprendizagem de todos com ênfase no auditivo.

Dissertando levantamentos bibliográficos sobre um olhar holístico do ensino da Geografia ensinado pelo professor de geografia na EJA na sala inclusiva, levando em conta o protagonismo escolar que o aluno em sala impera, desde da concepção humanística até a iniciação do saberes científicos.

Os Quatros capítulos a seguir estão divididos por; 1-História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) um pouco da história do EJA no Brasil desde do Brasil colônia até o que conhecemos hoje;2- Ensino da Geografia, sobre o ensino-aprendizado da Geografia na sala inclusiva 3- Pensando a Educação para Estudantes com Deficiência Auditiva, uma compreensão através dos relatos sobre deficiente auditivo e um olhar na vivência em sala de aula; 4- Recursos didáticos-pedagógicos para ensino de Geografia, proposta didáticas e com práticas capaz de interagir e que se adeque para alunos tantos regulares como deficiente auditivo.

Para Demo (2017, p.149) e Minayo (2009 e 2018), perante a pesquisa bibliográfica no delinear do saber entende-se a dualidade que de fazer a ciência limitada, porém ao mesmo modo é transgredir as arestas e romper paradigmas dos limites instituídos.

O processo dos dialéticos estruturando e reestruturando as ações sociais na lógica dos fenômenos humanos por meio de produtos produzidos e inseridos nos estudos nas ciências tecnológico-atuais. A Geografia tende a disseminar projeções, se tratando do surdo, aprendizado na percepção no espaço-visual facilita uma compreensão melhor (QUADROS, 1997).

Na educação brasileira há leis que asseguram a educação inclusiva, dando o direito ao aluno surdo entrar nas escolas. A portaria nº 1.679, de 03 de dezembro de 1999, publicada pelo Ministério da Educação, diz a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência a utilização, mobilização, equipamentos e instalação das instituições de ensino (BRASIL, 1999).

Contudo o aprendizado sobre a geografia corrobora nas alternativas de metodologias no processo de ensino aprendizado, sendo de melhor forma com metodologias ativas para um discernimento estratégico para os deficientes auditivos

para uma concepção geográfica.

Na pesquisa realizada, com estudos bibliográficos, com diversos autores, sobre o processo da alfabetização do aluno surdo na EJA sobre a educação de jovens e adultos como autores principais; VYGOTSKY (1979) sobre a teoria sociointeracionista, SOUZA(2021),GESUELI(2003),SASSAKI(2003),LACERDA(1998,2008), LUCHESI(2003)SALLES(2004), BRASIL(1994),FREIRE(1999,2002),THRALL(1965)CARLOS(2000),(ARAÚJO apud PLOHARSKI, p. 1649, 2011) BRITO apud BRASIL(1998), FERREIRA apud SILVA (1993), ROSA apud SILVA(2003), LUDKE e ANDRÉ (1986), BRASIL (2002), GADOTTI (2003), SILVA(2010), modalidade EJA diante da geografia CALLAI(1995), VIEIRA (2004)LOPES SOUZA(2005) sobre o processo tardio pela escolarização,CARLSROGERS(1973),Gentil(2005),(CASTELLAR,2011,p.261)ARCHELA,GRATÃO TROSTDORF, 2004,p. 130), MORAES (1983), Carvalho, Dos Santos e Sousa, (2021)MARQUES, 2008, p. 205), NUNES & RIVAS(2009,p, 04).

OBJETIVO:

Objetivo Geral:

Refletir o ensino de Geografia para a Educação de Jovens e Adultos - EJA, com foco nos estudantes com deficiência auditiva.

Objetivos específicos:

Socializar a metodologia de ensino de Geografia adotada por um professor para ensino-aprendizagem voltada para aluno com deficiência auditiva;

-Apontar o impacto causado com a escassez de recursos humanos e materiais das turmas da EJA;

-Demonstrar possíveis recursos didáticos para o ensino de geografia da EJA para estudantes com deficiência auditiva;

CAPÍTULO-1

1.1-HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).

O Processo Educacional do Brasil sobre a Educação de Jovens e Adultos teve seu início ainda no Brasil Colônia por volta de 1549, através da vinda dos Jesuítas para catequizar os Indígenas, que se perpetuou por mais de 200 anos. Percebemos, nos relatos históricos, que não havia interesse acadêmico e sim agrário, para orientação e instrução de cultivo e plantação (BRASIL 2002; ALMEIDA E CORSO 2015; SOUZA 2021).

Em 1808, com a chegada da família Real Portuguesa, os Jesuítas foram expulsos do Brasil. Ainda no século XIX o Decreto Imperial nº 7.31,06 de setembro de 1878 criou a cursos noturnos para adultos analfabetos, lembrando que apenas do sexo masculino.

No vigésimo ano do século XX, precisamente em 1920, implementaram a Escola Nova, objetivo de reformular a educação, de maneira drástica, mudança essa que mais se adequasse para um ensino de sistema educacional em oferta de estudos brasileiros, com propósito de ser mais democrático, colocando o aluno como titular no seu processo de aprendizagem.

Em 1934 quando o Brasil já era república no período Vargas, com centralização nacional, houvesse a necessidade de se criar um Plano Nacional de Educação, no Art: 50 da Carta Magna, ou seja, a Constituição Federal estabeleceu a obrigatoriedade do dever do Estado o ensino gratuito e integral a todos, incluindo os adultos que não concluíram os estudos no tempo regulamentar.

Em 1940 foi um marco para a EJA conseguindo se firmar como implementação política educacional, houve até campanha nacional para esses alunos, tiveram mudanças tanto no espaço geográficos quanto nas políticas, econômicas devido a Constituição Federal de 1934.

Com o FNEP (Fundo Nacional de Ensino Primário) de 1942, objetivo maior além da educação primária a do supletivo para adolescentes e adultos (Brasil, 2002).

Segundo Vieira (2004) com a criação do Fundo nacional de ensino Primário (1942), foi pensado para alfabetizar para que tivessem acesso ao voto, os analfabetos não tinham direito de votar, e para aumentar a produtividade populacional.

Em meados de 1947, surgiu o SNEA (Serviço Nacional da Educação de Adultos, 1947), com a finalidade anual de coordenar e orientar o ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos (Brasil, 2002) os planos CEAA (Campanha Nacional de Educação de Adolescente e Adultos).

o mesmo ano houve o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA, 1947), foi uma mobilização que teve muita importância para a infraestrutura que atendeu a EJA(Brasil,2002).

Criada em 1952, logo após o 1º Congresso de Educação de Adolescentes e Adultos, a importância da educação de adultos para democracia, principalmente na região nordeste. Neste congresso existiu um bordão “Ser Brasileiro é ser Alfabetizado “levando em conta a importância da Educação de Jovens e Adultos”“. Uma prática social através de instituições formais e informais.

A finalidade era alfabetizar a população das camadas populares das zonas rurais, longe dos grandes centros, promovendo o desenvolvimento social, através do processo educativo dos jovens e adultos, promovendo a continuidade das melhores condições de subsistência de vida da população (Almeida e Corso, 2015, p. 1287).

Uma Campanha Nacional mobiliza uma temática muito importante na época para erradicar o analfabetismo no Brasil enfatizando o idealismo de cunho libertário para

a educação de jovens e adultos com objetivo alfabetizar os iletrados das zonas remotas do país.

Entre os anos de 1958 e 1961, com a sigla CNEA (Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo no Brasil, 1958), uma campanha que teve curta duração em seu legado (Brasil, 2002, p.14). Onde Paulo Freire fez a progressão do ensino no cenário nacional e que nesta época a política e a cultura esta em ascensão.

Realizado o 2º Congresso Nacional da EJA em 1958, após o fracasso momentâneo do progresso da alfabetização depois da Campanha Nacional da EJA. Gadotti (2003) diz que analfabetismo era visto como “Doença Entranhada’””. Com maior destaque Paulo Freire, um visionista educacional de aprendizagem rápida e eficaz.

As campanhas nacionais oficiais foram uma tentativa de exorcizar o analfabetismo para garantir o ingresso ao ensino, além desse movimento, em meados de 1959/60, nascia a SIREPA (Sistema de Rádio Educativo da Paraíba), onde muitos estados utilizavam e promovia a Educação de Jovens e Adultos através do rádio, esse movimento durou aproximadamente 10 anos.

Com o Golpe Militar de 1964, com o ensino ideal libertário derrotado e foi adotado o ensino Tecnista, onde nasceu o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) voltado para o curso técnico que durou entre 1970 e 1985, a educação nesta modalidade de ensino, não durou muito por motivos e ideológico políticos.

Interligado com o regime militar o ensino nas escolas ficavam a mercês do governo militar centralizava alfabetização, passavam a controlar tornado o ensino-aprendizado no propósito apenas de ensinar a ler e escrever sem um viés pedagógico para a formação do homem.

Após a extinção do Movimento Brasileiro de Alfabetização, depois do regime militar, surge a Fundação Educar, com proposta de redemocratizar a educação no país,

esse projeto de Educar Jovens e Adultos durou entre 1985 e 1990. Como entre outros programas educacionais que veio para somar a educação nos lugares remotos e distintos espacialidades geográficas.

Com a implementação das Diretrizes Educacionais no Brasil em 1996 surgia um novo formato para uma educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que norteia os princípios educacionais enquanto o Estado provedor da Educação pública com a responsabilidade da União, Estados, Municípios e o Distrito Federal.

Observa-se que a Educação de Jovens e Adultos ao longo dos Séculos sofreu transformações, e ainda esperam-se mais mudanças, com a informatização e acessibilidades cada vez mais presentes nos lares, pode-se dizer que a informações e interações educacionais “Tudo na palma da mão”.

Durante a Pandemia/2019 os desafios enfrentados para o ensino, para aqueles que tiveram sua educação interrompida no tempo regular, mostrou que se é possível ensinar e educar uma proporcionalidade através da internet e equipamentos de informática para interação, em seu lar ou em qualquer outro lugar para um aprendizado.

Com a Pandemia a evasão escolar virou uma "úlceras" na educação nacional. Segundo (FONTE: Censo Escolar 2021), o aumento se deu através da desigualdade social e abstenção foi 579 mil matrículas a menos na EJA. Fomentando ainda mais o índice de analfabetismo, sem acesso a tecnologia onde os alunos pudessem aprender através das tecnologias existente.

Os diversos desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos, nada mais nada menos que a qualidade do ensino, a disparidade das idades, a cultura interna e externa, contudo divide-se negativamente em relação mútua das dificuldades da aprendizagem sem superar expectativas devido ao analfabetismo funcional digital.

Mesmo a EJA procurando estabelecer uma função reparadora no ensino, durante a pandemia dificultou o resgate nessa modalidade de ensino, crendo na expectativa de fosse durar curto tempo, a pandemia, coisa que não ocorreu e cada vez mais a distância do aprendizado cresceu.

Os alunos, principalmente, deficientes auditivos tiveram grandes percas em seu processo de aprendizado, dentre eles acesso a equipamentos tecnológicos capaz de integrar com aula remota adotada no período pandêmico, onde o isolamento social deveria ter distancia recomendada pela Organização Mundial de Saúde.

Deficientes auditivos tiveram grandes prejuízos na aprendizagem, não havia um interprete que pudesse auxilia-lo nesta demanda e modalidade de ensino. Mesmo assim não tiveram atividades igualitárias sendo temeroso ainda mais em sua educação.

1.2 ESTRUTURAS, PROPOSTAS E DIRETRIZES CURRICULARES ATRAVÉS DELEIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.

As diretrizes curriculares da educação básica que orienta e contribui para assegurar a formação básica comum nacional, sua primeira revogação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil foi publicada em 1961, em seguida em 1971, e foi promulgada nos mais recentes de 1996.

Com a reforma da LDB em 1971, a matéria Estudos Sociais foi introduzida no currículo das escolas primárias em substituição de geografia e história. A implantação da disciplina Estudos Sociais, somada ao ensino da EMC, houve muitos problemas que até hoje têm repercussão negativa na escola de base ainda hoje. (MARQUES, 2008, p. 205).

Em 1996 houve, chamada nova LDB (Leis Diretrizes e Bases da Educação), com promulgação da LEI N°9.394/96. Estabelece e reafirma a EJA para um ensino de qualidade para todos e acesso gratuito e permanência de jovens e adultos nas escolas públicas, fortalecendo em seus degraus no processo de ensino.

O Decreto N°5.478 de 2005 propõe um Programa da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade EJA. Com sua aprovação o supletivo foi readequado para a Educação de Jovens e Adultos, colando-a como qualitativo e não apenas substancial,

traçando meios para educação mais inclusiva e igualitária.

No ano seguinte, em 2006 o Decreto N°5.840 surge o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica no EJA). Ouve-se muito escrito, tiveram uma ascensão em seus desafios propostos, sabendo da realidade de cada aluno escrito neste programa de alfabetização.

Diante das conjunturas que estabelecem as estruturas educacionais no Brasil, são propostas por dois sistemas principais, Lei de Diretrizes e Bases da Educação- Lei N°9.394 de 1996, formalizada como LDB - São as diretrizes que se afirma, no Capítulo III, das condições gerais da Constituição Federal de 1988, o ensino da educação básica é um direito de todos assegurado a todos os cidadãos.

O Estado, como governo provedor, manter os programas educacionais alinhados a partir da BNCC, sendo um documento de progressão de aprendizagem normativo necessários para todos os alunos da educação básica. Na íntegra, a política nacional da educação básica é que contribui para ações educacionais em todo território nacional na formação de professores e na elaboração de conteúdos com infraestrutura e no desenvolvimento educacional.

O desenvolvimento educacional assegura todos os seus direitos e principalmente o seu desenvolvimento de aprendizado como estabelece a estrutura curricular do Plano Nacional de Educação (PNE). É um documento normativo que se aplica na educação escolar como estabelece a (LDB, Lei nº 9.394/1996).

O PNE, nele contém as orientações desde princípios, políticos, estéticos, formando cidadão e a integração social na construção da democracia a inclusão de uma sociedade mais íntegra e ética como fundamentação nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação.

O Sistema Educacional Brasileiro (SEB) reúne resultados tanto do professor

quanto do aluno com serventia para monitorar, implantar, executar e avaliar para uma política pública para a formulação de ensino.

Existem três propostas com a funcionalidade de articular, como reformas de bases, a partir das possíveis causas do analfabetismo que ainda impera no Brasil.

* Função Reparadora, não é apenas o ingresso dos direitos civis e sim pelo reparo de um direito negado e reconhecimento da igualdade que todos têm, como; direito a uma escola e educação de qualidade e que crie ações pedagógicas para o processo ensino aprendizagem com alunos regulares e deficientes seja ele jovem, adultos ou idosos.

*Na Função Equalizadora, oportunidade da igualdade que possibilita a oferta a todos de novas inserções no mundo corporativo, na vida social, nas estéticas e nos espaços dos canais de participações.

*Função Qualificadora, refere-se sobre uma educação fixa e com base e caráter incompleto do indivíduo, tornando o seu potencial em desenvolvimento que se adequa e pode se atualizar em quadros escolares permanentes ou não escolares, sendo uma adição do próprio sentido do EJA.

Nas três funções a EJA possibilita uma assiduidade de um caminho para o aprendizado e que seu desenvolvimento no âmbito escolar, independentemente da idade, mesmo sabendo que os lugares e zonas de difícil acesso para que as pessoas sejam motivadas a estudar sevem para observações.

O tempo de inclusão escolar e acessibilidade permitem que os jovens, adultos e idosos aprendam e utilizem os conhecimentos propostos por bases curriculares e que tragam experiência com novas ferramentas com novas formas de trabalhos sem aniquilar a sua cultura.

Todas essas funcionalidades têm sentidos de reparação que não se pode negar a educação para ninguém, já na equalizadora é garantir a equidade nas ofertas na educação e por fim na qualificadora têm um sentido que permeia o caráter da educação. Tornando

alicerceares para uma educação qualitativa, reflexiva, aditiva que possa interligar aluno no universo educacional principalmente os deficientes auditivos.

CAPÍTULO-2

2.1-ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA DEFICIENTES AUDITIVOS – EJA.

Repensar a realidade na educação escolar sobre os alunos surdos nas instituições educacionais brasileiras, devemos obrigatoriamente dimensionar metodologias e estratégia pedagógicas e a formação continuada dos professores de geografia para tonar ainda mais a educação igualitária, reparadora e qualificadora.

O quociente dos resultados do ensino compreende-se a melhor preparação das escolas com suas potencialidades que transcendem no cotidiano trazendo alunos capazes de disseminar aprendizado através de ações voltadas para o processo do aprendizado.

Nessa linha de pensamento o ensino de Geografia, para deficiente auditivo, auxilia no desenvolvimento intelectual, social e afetivo na relação do homem e o ambiente que os envolve, melhorando autoestima e proferindo e exalando informações pedagogias no seu aprendizado no seu convívio social.

A Geografia como proposta de ensino, e sendo uma ciência, contribui para a formação social em seus conceitos relacionados às matérias escolares como Paisagem, Região, Espacialidade Territorial e Política, a partir do papel complexo longínquo em suas atribuições críticas de diálogos e reflexões que atendem a sociedade civil.

A abordagem geográfica orienta os alunos a proceder à importância das distintas

linguagens, na leitura da paisagem, nas imagens ilustradas, na musicalidade, fomentando cada vez mais o aluno a reflexão e ao estímulo de buscar entender sobre o universo que ele vive.

Nas fontes pesquisadas, nos dados coletados e de documentos de informações, são ações constantes de construção, não dissociada que almeje a reflexão e um olhar analítico entre as partes, entre o professor e aluno, trazendo informações que busquem melhor acesso a linguagem geográfica.

Em sentidos contraditórios, a educação do ensino da Geografia está associada ao individualismo e mudanças que busca por uma resposta à sociedade, pensamento errôneo que atrasa todo um processo na educação metodologia explicativo pra uma sociedade consciente.

O diálogo que é uma ferramenta na troca de informações que valoriza e contribui nas diferenças, incentiva a igualdade e a dualidade de ensino, são profundos argumentos dissertativos em sala de aula quando se trata de debates que interage em grupos.

Segundo Gentil (2005), a realidade dos estudantes tem como dados e fontes onde o aluno não concretizou em sua escolarização no período regular, com fatores diversos, tanto social, cultural como econômico. Realidade esta que interfere no aprendizado, desafios de muito chegar a concluir o semestre.

Em Lopes e Souza (2005) complementam que a busca pela escola tardia, pode ocorrer com elevação social como globalizada que exige um grau de formação e qualificação permanente e que muitos perdem a oportunidade de esta em um cargo na empresa de qualificação melhor.

Faz-se necessário que haja parcerias dos profissionais da educação como; professores, direção, comitê pedagógico, se unam de maneira contributória, não apenas

reprodutoras de conhecimentos colocando-se em novos desafios no processo do ensino de geografia na educação de jovens e adultos para em vista dos deficientes auditivos.

O Parâmetro Curricular Nacional é um forte aliado no ensino da Geografia, indica o caminho Ensino Fundamental I e II de crianças e adolescentes iniciando-se nas primeiras etapas da escolaridade, onde a escola promove diversas ações inclusivas para a inclusão escolar.

Com o foco mostrar a realidade do dia a dia transformando o aluno ao ator cidadão, é também o arcabouço que pertence a uma relação social e de natureza que formam um topo de integração pela qual é um elemento em apropriação de conhecimento como membro, trazendo cada vez mais a realidade do espaço que ele vive.

Realizar e elaborar a partir de projeto de ensino da geografia, fazendo estudo do meio e casos, partindo das concepções dos alunos, e observando as diferentes construções humanas (casas, prédios, praças, casarões, monumentos etc.). Podem-se extrair elementos e curiosidades de cada realidade de alunos, mesmo quando se trata do deficiente auditivo o mesmo pode adquirir e transmitir muitos princípios de sua realidade.

Essas lembranças trazem recordações afetivas, estes espaços representam buscam situações que analisando melhor as relações com o meio estabelecem entre diferentes grupos socioculturais que ocupam esses espaços, um diálogo, debate é notório com diferentes entendimentos e surgem elementos novos que pode permear sua antropologia.

Esse embate obriga o professor retomar e redimensionar e re-planejar os conteúdos, cabe ao discente e a escola selecionar os conteúdos que permite a participação efetiva dos alunos, são eles que protagonizam suas dimensões de aprendizado tornando as aulas diferenciadas.

De acordo com o programa do curso, podendo desenvolver uma ação contínua em sua intencionalidade o professor pode enfatizar a realidade de cada aluno, onde os arredores demonstra cada espaço geográfico com funcionalidade de ensino aprendizado, são ações como estas que busca o aluno interagirem com o meio.

Na realidade da sala da EJA, com o aluno surdo, é necessário verificar várias possibilidades de selecionar como se trabalha cada conteúdo, articulando o conhecimento apresentado, são formas para que seja incluso em sala de aula, não afetando as regulares, são atitudes de engajamentos que fazem o ensino mais justo.

A utilização de plataformas digitais e livros didáticos não podem ser elementos descartados, desde que não sejam os únicos elementos de um referencial teórico, a informatização e acessibilidade conectada através de aparelhos eletrônicos pode ser indícios capazes de ser inserido no programa escolar, são materiais riquíssimos para todos os envolvidos.

O professor deve criar situações, que predomina os alunos no “gosto” do saber, através de viagem pela cidade, onde moram, filmes, documentários e pesquisas nos meios informais, são percursos como estes que abrangem o saber, cada aluno deve entender melhor as características de onde vivem.

Sendo assim, é possível planejar o olhar crítico, político e reflexivo, de acordo com a realidade local, e desenvolver uma reflexão de cada aluno, seja ele regular ou deficiente, uma diferenciação na forma de ensino, a realidade pode ser mudada a partir de elementos que engajem todos em um olhar abrangente.

Neste momento o professor protagoniza no papel de mediador de sua própria percepção de aprendizagem. Segundo Gentil (2011, p.9). O professor tem a obrigação de realizar perguntas-chaves para que o aluno possa desenvolver suas argumentações, através disso pode-se extrair diálogos permanentes.

Frente à diversidade de saberes em seu grupo de representatividade de lugares sociais, o professor percebe as especificidades dos próprios conhecimentos, que passam pelo processo de reconstrução através da conversação e da fala argumentativa e se constitui como sujeito que aprende.

Pensar na linguagem sobre a importância da geografia a ser aprendida, para que a memória não seja o cofre de memorização, quando há este sentimento fica maçante e cansativa, se torne um capítulo que atenda a sociedade como ferramenta para KAERCHER (2003). O aprendizado não pode ser ensinado na memorização, neste caso a o aluno fica alienado sem um preposto de conteúdo eficaz para sua vida social.

O professor não pode esquecer que para alunos do EJA e deficiente não pode passar despercebido para tornar real qualquer elemento de ensino, ele deve ser inseridos em ações capazes de levá-los a reflexão, zerando alienação educacional, são alunos que devem ser estimulados a todo tipo de ensino aprendido.

É necessário utilizar da imaginação com imagens vivas e dinâmicas cheias de emoções que impulsionam e que levam a pensar e agir Thrall (1995). Como já foi expostos os deficientes auditivos, tem sua cognição ferida, são necessários ilustrações, jogos, dinâmicas que atribuam sua imaginação, são ferramentas imprescindíveis para este público.

Deste modo o professor de geografia interage e oportuniza a inserir metodologias que permitam os alunos a construir suas próprias imagens, conceitos e atitudes que levem a melhor compreensão de assuntos apresentados, tornando os alunos mais próximos da realidade e que buscam interações espaciais.

“É necessário alfabetizar o aluno em geografia para que haja um vocabulário, não só específico, mas que se capacite para leitura-entendimento do espaço geográfico próximo ou distante”. (KAERCHER, 2003, p.12). O aluno deficiente muitas das vezes não o vocabulário, sabemos que o silêncio dele não é por acaso, o ensino da geografia é muito dinâmico e disposto para deixar calado sem se expressar, o diálogo faz jus na interação em sala de aula.

Para Callai (2001) diz que a educação do ensino não deve ser considerada isoladamente, e que sempre seja referenciada ao contexto em que vive, e traz uma reflexão. Em uma escola bilíngue não se pode isolar e diferenciar, apenas criar e recriar situações que almeje a todos os envolvidos.

Talvez haja uma batalha interna sobre os professores de geografia ao tentarem uma ligação de alunos e sentidos para reflexão guiando e ajustando os indivíduos ao meio, tanto tecnicista como capitalista. Isso é um retrocesso, caso aconteça, na educação, a promoção educacional tem que ser voltada ao aprendizado para não haver gargalos na conjuntura educacional.

Quando o ensino de geografia na educação de jovens e adultos para deficientes auditivos, o saber geográfico deve-se ser levado em conta para proporcionar-lhes uma magnitude de conhecimentos e habilidades e capacidades capazes de torná-los crítico em sua construção do saber.

Com atividades metodológicas, a representação e a expressão dos fenômenos socioespaciais, a construção e a interpretação de informações e usos das tecnologias pautadas nas acessibilidades para um engajamento articula as habilidades que serviam para sua vida em seu cotidiano.

Quando são enfrentados os desafios ao desenvolver o ensino da geografia que

atenda as necessidades do EJA e deficiente, auditivo, que encaram as dificuldades que são representadas em sala de aula, para Vieira (2004). Sabemos da realidade de cada localidade deste país, e escassez de recursos materiais e humanos que desfeiteiam o ensino da geografia nas escolas que tarda o aprendizado.

A sala de aula encontra e busca recuperar o tempo perdido e os professores devem ministrar um ensino de qualidade da escolarização e desenvolver mecanismos capazes de criar habilidades para estes dois grupos para o exercício da cidadania, com ações e elementos que busquem acessibilidade de matérias propostos em sala de aula.

Mostra-se um verdadeiro compromisso de ensino de geografia compõe-se na construção de conhecimento que amplie e que leve os educando aos despertar de sua verdadeira cidadania, sabendo o papel de cada um na sociedade em que vive (SOUZA, 2021. Pág 233).

O aluno é o centro de uma educação, o professor media e contempla as diversas formas devidas às circunstâncias vividas, muitos dos alunos não tiveram o direito acesso a escola na idade regular e com isso deve-se ter a construção de forma de conhecimento do ensino da geografia para uma educação mais democrática comprometida com a inclusão social.

O saber geográfico com sua aquisição promove e proporciona metodologias com a participação dos alunos, criar habilidades para Auditivo, aprimorando a memória deles adquirindo conhecimentos e capacidades, com a interpretação de informações e utilização de recursos diversos.

Através das habilidades dotadas, dos quais possam registrar em seu pensamento, os conhecimentos geográficos, e com a continuidade adquirindo experiência construída durante sua jornada em sala de aula e fora delas, para isso a escola é crucial para ser um ensino transformador social, realizando interações e ligações com meio.

Todavia, aprender a geografia significa utilizar de seus conhecimentos em contextos construídos na concepção de mundo de forma reflexiva e construtiva, para amenizar os efeitos devastado que o homem está agindo diante dos séculos devido a globalização e a necessidade de retirar recursos ambientais.

O desafio de desenvolver um ensino de geografia que preencha as necessidades dos auditivos serve para reforçar a questão de apresentar, em sala de aula, um ambiente onde o aluno possa entender a importância deste.

Para Alves e Cardoso (2010) a geografia está intrínseca na sociedade e afirma ainda que a geografia aproxima as pessoas em sua realidade, mostrando aos educandos a construção básica de propostas que renovam em todos os fenômenos, informando a cada aluno a intrínseca realidade que ele vive no meio geográfico.

O ensino da geografia incentiva e motiva os estudantes regulares e deficientes a serem mais conscientes com o meio ambiente e em todos os aspectos sociais e econômicos e compreendendo as relações entre o homem e espaço e sua própria realidade promovendo informações e aprendizado no seu dia a dia nas perspectivas sociais.

Com a proposta para o ensino da EJA, sendo com pessoas com faixa etária de idade distinta, é comum encontrar alunos idades com anos escolares tardias, pensadas para EJA em 2002, uma proposta foi organizada da seguinte forma:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É um documento pensado e elaborado para que esteja inclusa na escola regular de ensino, mas o ensino da EJA não está associada, conclui-se que pode ser inserida a partir de elementos formais do ensino básico, ou fundamental II.

Contudo o ensino para o EJA em sala inclusiva não pode ser excluído do ensino, mesmo que a BNCC não contemple a educação de jovens e adultos, para que a educação não cessasse para estes alunos deficientes, regulares e fora de faixa, a escola adapte em seus planejamentos a inclusão educacionais.

É fomentada pelas proposições da LDBEN nº 9.394/96 e nas BNCC para educação de jovens e adultos, segundo as quais esse processo de diferentes construções em diferentes níveis de concretização que envolve as secretarias de educação estaduais e municipais nos planos específicos dos cursos do planejamento de cada professor (BRASIL, 2002).

Um fato relevante é que grande parte destes alunos inscritos nesta educação do EJA foram excluídos e submetidos na educação escolar, à escola precisa acolhê-los e inseri-los na educação de forma que abranjam acessibilidades a todos.

A modalidade de ensino da educação de Jovens e Adultos em sala inclusiva seguem as Diretrizes Curriculares nacionais, sem que nenhuma modalidade de ensino seja instinto por falta de planejamento e verbas em programas do governo voltado para a educação.

Observando algumas adequações devidas a especificidade de cada aluno, seja por idade, acessibilidade etc. Mesmo sendo ainda introdutória e regulatória pautada na meritocracia fragmentada, não podemos deixar fracassar, cada indivíduo necessita e precisa de estudo de educação e de ensino, mesmo que tudo que acontece ao seu redor seja para o desistimo-los aconteça.

Trabalhando o ensino da geografia na modalidade da EJA, as metodologias abordadas no conteúdo adotadas, deverão ser ensinadas de maneira a dar relevância ao conjunto de atividades democráticas propostas aos alunos regulares e com deficiência auditiva em uma sala pluralizada tornando justos e imponderados para que saiam com um melhor desempenho no saber.

Nas representações através do mapa mental, iniciando do imaginário é possível levar o deficiente, adultos e jovens a realizar novas descobertas, a memorização de aprendizagem é um rendimento de experiência com seu próprio lugar e a redescobrir seus próprios lugares no mundo, mostra-os universos de informações.

Segundo (ARCHELA, GRATÃO e TROSTDORF, 2004, p. 130), é nas localidades que as representações de lugares, valores pessoais e da vida unem e separam pessoas, o imaginário permite viajar e estabelecer representações entre cada um consegue enxergar e que compõem a paisagem traçando todas as ilustrações de sua vida remetendo aos lugares.

A democratização do espaço escolar perante a sociedade para formação cidadã deve-se à consciência dos seus direitos e deveres em sua construção cultural, científica e crítica do conhecimento, tornando os alunos críticos e reflexivos, podendo dialogar com diversos assuntos geográficos.

Conceber a escola o dever de ter uma proposta curricular para permitir projetos temáticos e ações de transversalidade com a interdisciplinaridade na realidade entre a sociedade e a natureza, engajando a pluralidades e todos os pleitos escolares devem este entoadado nos projetos para que se torne real as realizações propostas.

Analizando com um olhar para o deficiente auditivo, que vem crescendo bastante pontualmente nas últimas décadas, Conforme Cavalcanti (2009; p. 145). Com isso os auditivos têm um entendimento nos espaços e nas multidimensões, possibilitando o desenvolvimento intelectual, social e cultural, podendo adquirir leveza no entendimento de mundo.

Por meio do bilinguismo, uma tentativa de adotar e habilitar objetivando os surdos para a utilização de duas línguas em seu dia a dia no seu meio social seria a Libras e a língua portuguesa. A língua de sinais Libras é de utilização do espaço-visual, diferentemente da língua oral, que utiliza oral- auditivas no intercalarmente da oralidade das ações das conversas.

O planejamento sobre um viés dos recursos didáticos utilizado pelo professor seja introduzido e que seja também desafiador e que aprendizagem seja mais produtiva para o aluno surdo com práticas pedagógicas, Castrogiovanni (2000; p. 165). Buscando melhor iteração, o professor deve estimular os alunos trazerem matérias que possam utilizar em sala de aula, para propor metodologias ativas de conhecimento e trocas delas.

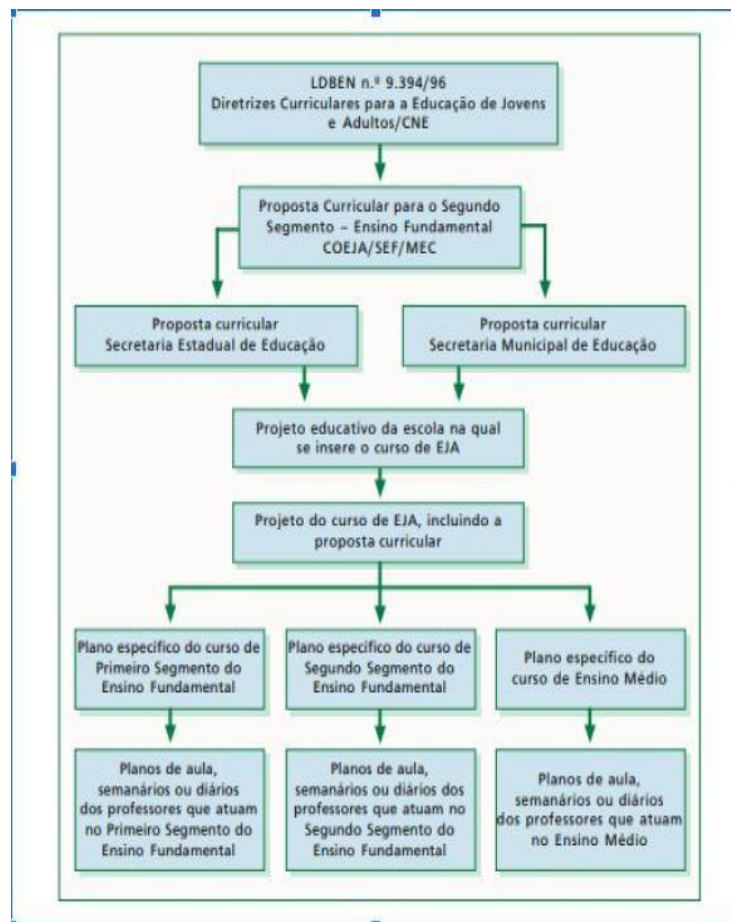
Não se pode dificultar no entendimento sobre a comunicação com os deficientes, à importância do intérprete de Libras para compreensão dos conceitos geográficos. Nessa linha, o professor deve conhecer e respeitar as limitações do aluno surdo, podendo precisar

de uma adequação nos materiais didáticos pedagógicos, também com o objetivo de entender as características da aprendizagem.

Uma proposta metodológica que tenha relação geográfica estando os ciclos; a construção de mapas mentais, linha do tempo, utilização de jogos, celulares e a metodologia participativa. As atividades em campo promovem não só ao ouvinte como o aprendizado de diferentes áreas do estudo da Geografia na socialização.

A geografia tem muitos assuntos que estão muito atuais, e os alunos têm que estar expostos a todas as informações que vêm e agregam informações, este aprendizado faz com que ele leve consigo e transmita para seu meio social, disseminando saberes e ensinados aqueles que não obtêm de mesmas informações, com essa realidade as tecnologias vêm mostrando a rapidez de resultados e principalmente quando se trata geografia.

Imagem 1: Proposta Curricular da Educação da EJA.1



Fonte: Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos, 2002.

2.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES AUDITIVOS.

Em 1934 foi introduzido o curso de Licenciatura em Geografia no Brasil para formação de professores de geografia, precisamente na Universidade na cidade de São paulo, Pimenta e Anastasiou (2002, apud ANDRADE, 2021), oferecendo aos bacharéis das diferentes áreas os conhecimentos pedagógicos nas atividades de ensinar.

A fundação do Departamento Universidade de São Paulo (1937) e o início da criação da AGB- Associação dos Geógrafos Brasileiros (1955), uma contribuição para a pesquisa e para o ensino no Brasil de uma formação tão importante para o mundo, Callai (1995) abastece sua preocupação com a formação do geógrafo e a licenciatura, como acréscimo.

Para Carvalho, Dos Santos e Sousa (2021), a iniciação da formação dos professores de geografia, tem ficar atentas às demandas do aluno, e que a educação, sendo um desafio enfrentado e comungado. A segregação de pessoas não deve ser visto em pleno século, não se pode retroceder o processo de ensino aprendizagem.

As práticas pedagógicas mais contextualizadas e bem mais realista, enfatizando a importância avançada de uma educação qualitativa na rede pública no Brasil com professores formados e especialistas da área, diante de um corpo discente cada vez mais atento à informatização.

Sabemos que muitos dos professores que lecionam em escolas da rede públicas do Brasil, muitos deles não são professores formados na Licenciatura da disciplina ensinada, inclusive Geografia, trazendo o famoso “jeitinho brasileiro” que na educação não pode e não deve ter os alunos dever ter professores atuando em sua área de formação.

Entender a formação acadêmica do professor faz a diferença com que entendamos o fracasso escolar que assola o país. Professores que se formam em determinada disciplina,

raramente, ensinam em sua área de formação, um problemática a ser pautada em congressos. Existe em diversas escolas espalhadas o professor ministrando aulas que não é da área formada de sua graduação.

As evidências disso atingem um déficit de metodologia ativa no cognitivo lunar, principalmente dos auditivos que carregam fatores que abrangem o cognitivo. Com aulas sem atributos de metodologias dada na graduação na formação dos professores para o conhecimentos de mecanismos fazem as aulas serem retrógradas sem um “sabor” de quero mais.

Os auditivos não tem o mesmo entendimento de um ouvinte, pois o processo de entendimento demora um pouco para construção de raciocínio, fazendo que o entendimento seja mais lento. Algumas pessoas não entendem isso e principalmente o professor, que embora trabalhe com deficiente auditivo não tem a percepção.

No ensino da Geografia é importante que o professor deva estar em constante formação e atualização. Em constantes buscas de novos parâmetros e refletindo sobre suas práticas docentes para o deficiente auditivo, realizando especializações, congressos ao longo do ano, seja remoto, presencial, internos ou externos em suas execuções em que fazem o aluno aprender e conhecer a geografia.

Muitos dos professores formados não tiveram cadeiras na graduação que abrangesse a LIBRAS (Línguas Brasileiras de Sinais) contribuindo para a desinformação sobre alunos surdos, sabemos que a inclusão em sala regular ou bilíngue para deficiente auditivos é comum nas escolas.

A surdez é uma deficiência que compromete a vida social, cognitiva, escolar e profissional do indivíduo, o professor deve ter um olhar sobre as diferenças e que busquem aprender com elas abrindo de ações que interagem com o ensino regular e com os pcds auditivos.

A política de Estado deve estar conjugada com ações voltadas para o deficiente auditivo, nela consiste um imenso esforço para que o capital humano esteja alojado na

educação com estratégias, aperfeiçoamento e com recursos abrangentes nos interesses educacionais.

Não apenas pensando no mercado de trabalho para pessoas deficientes, todavia refletindo sobre a educação transformadora que devem adquirir habilidades, qualificações e competências que fazem parte do currículo escolar, para que tornamos indivíduos capazes de refletir tornar viáveis as qualificações humanizadas.

Reforçando que a educação inclusiva transcende não só pelas relações de trabalho, educativas, sociais e afetivas, mas também nas barreiras da ignorância de muitos discentes, é através da educação que aprendemos a lidar com as diferenças e transformando a sociedade mais justa e igualitária.

A aprendizagem dos alunos surdos devem ter oportunidades de ensino com ligações de trabalho e relações sociais, para isso acontecer o professor esteja dotado de metodologias específicas na área da educação e didáticas voltada para o aluno surdo e com disponibilidade de criação de ensino pautado para este público tão segregado.

Ainda percebe que a lotação do professor na unidade de ensino que irá atuar, que muitas vezes “são pegos de surpresas” não são informados estão sendo dirigidos, se a escola bilíngue (Escola regular, direcionado a educação para deficientes incluídos) com a quantidade de alunos surdos e é de ensino regular, regular inclusivo.

Os professores chegam sem nenhum preparo metodológico, embora em sua graduação não houvesse uma cadeira voltada para sua formação quanto aos deficientes surdos. Com isso os programas voltados para o processo ensino-aprendizado devem ser propostos para subsidiar as ações docentes.

A importância de entender o método da pesquisa como formação docente, observando que a universidade tem um papel fundamental nesta dinâmica, deve promover

encontros que abranja a multidisciplinaridade e que contemplem a todos para que haja uma escola que leve a sério a educação.

Diálogos com os professores de primeiro e segundo graus, tragam elementos necessários para teorizar a sua prática de se atualizar tanto em conteúdo específico como nos aspectos pedagógicos (CALLAI, 1995). Esta interação abre-se um leque de discursos capazes de entender os universos escolares, e que fortaleçam abrigos de estudos voltados para os públicos distintos.

Não se pode retroceder, a globalização mostra a constante evolução social por meios de diversos elementos comprobatórios para um ensino mais próximo da realidade. Uma tradição conservadora sobre a formação dos professores de geografia mantém a aprendizagem de conteúdos teóricos da geografia acadêmica e de suas diversas espacialidades, sem nenhuma reflexão plural de modos de sua atuação prática docente (CAVALCANTI, 2008, p. 96).

A condição para atuação básica do profissional deve ser considerada um objeto de constantes críticas e avaliações umas das primeiras regras. A segunda é fundamental, porém a atualização é uma condição necessária para o exercício de qualquer profissão, para o professor é sempre preciso refletir sobre suas práticas, formar cidadão requer condições que seja exercida a própria cidadania (CALLAI, 1995, p. 39).

Para Brasil (2002), um currículo organizado para a formação de professores, mesmos que esses devem ter finalizado sua graduação a mais de anos, pois estes mesmos não estão, muitos deles, atualizados para o ensino aos novos alunos deve adquirir espaços e tempo que garantam Quatro aspectos que fundamentam.

Primeira a tematização, dimensão prática para todos os professores da educação básica em questão da educação e da aprendizagem.

Segunda a sistematização sólida e consistente sobre o conhecimento de estudo de ensino, suas dimensões práticas para os professores.

Terceira construção de perspectivas interdisciplinares, projetos de trabalhos para

os professores de atuação multidisciplinar quanto de especialista de área.

Quarta opção, para atuação em campo específico, fica a critério da instituição nas práticas como a educação de jovens e adultos.

O saber do professor não deve estar em primeiro lugar sempre, mostrar seu conhecimento ao educando faz parte de sua rotina quando o conhecimento está organizado, na proporção que o educador vai se relacionando com os saberes do alunado transforma as aulas mais atraentes.

Segundo Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007) A excelência educacional será qualitativa quando).A Qualidade de ensino para a formação dos professores estejam em acordo com os recursos didáticos e condições materiais e imateriais, na redução da carga horária para um melhor planejamento, condições de infraestrutura nas escolas remuneração financeira para subsistência.

Ainda Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007). Para que o profissional docente exerça um domínio geográfico deve ser pesquisador, observador, reflexivo e qualitativo, são peças fundamentais para o momento evolutivo social que estamos vivendo atualmente.

O que hoje temos de ciências e objeto de estudo como “Método Paulo Freire para Alfabetização de Adultos” surgiu com o trabalho realizado por Freire na década de 1960 que são elementos para ser ensinado nos conhecimentos teórico-metodológicos para se trabalhar em sala de aula, é na pesquisa de campo, laboratório e de bibliografia que se conduz à aprendizagem.

Afonso Celso Scocuglia registra (1998), com contribuição de Moacyr de Góes, uma cronologia das principais entidades e experimentações relativas ao “Sistema Paulo Freire”. Década se reconhecia a real necessidade de ampliar o conceito de “Método”, contudo foi utilizada a expressão “Sistema” entendia-se não só a metodologia mais um sistema integrado em que a teoria e a prática, a filosofia e a técnica estejam coladas formando um só conceito ao invés de momentos fragmentado.

Em conceitos elaborados o melhor conceito de Sistema de Método construtivo,

relata variáveis em cada metodologia que é entendida e definida as informações, possibilitando uma clara visão do fluxo de ensino aprendizagem sabem que o interesse do Estado não está pautado na qualidade do ensino e sim na quantidade de alunos em sala, levando a crer que teremos alunos cada vez mais alienados.

Uma efetivação de uma proposta pedagogicamente que oferecem as necessidades dos licenciados e das futuras gerações e realidades de atuação básicas por meio de programa que proporciona diferenciadas experiências e até inovadoras, contribuem na formação do docente de Geografia mais antenados a realidade geográficas Carvalho, Dos Santos e Sousa,(2021).

Por fim ainda muitos caminhos a serem percorridos e desafios a serem solucionados sobre saberes docentes, as poucas batalhas vencidas, e muitos dos licenciando de hoje estão tentando modificar suas concepções de crenças, valores e buscando qualificações cada vez mais para educar e quebrar paradigmas sobre a inclusão de jovens, adultos e idosos surdos em sala inclusiva.

CAPÍTULO 3

3.1 PENSANDO A EDUCAÇÃO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E UM BREVE HISTÓRICO.

Há muito tempo atrás, as pessoas com deficiência foram hostilizadas, oprimidas e totalmente excluídas das redes de ensino, poucos tiveram acesso parcial à educação, na qual se dava a partir de segregação ou integração.

A princípio, o estudante com deficiência era atendido por uma instituição apartada do ambiente da escola regular, em uma escola nomeada e destacada Escola Especial, segregando das demais turmas regulares, julgando-os como incapazes e indisciplinados.

No segundo momento, o aluno era inserido dentro de uma escola comum, portanto exclusivamente destinada à pessoa com deficiência, destacada e letrada na porta, trazendo rótulos julgados e muitos dos alunos, regulares, julgavam “A sala dos Doidos, dos Mocos” sempre oprimindo aqueles que estavam dentro.

Nesses dois casos, admite-se o modo de atendimento variado, contudo ambos os ensino eram articulados e estruturados, nos molde substitutivo do ensino regular, pela área de educação especial, trazendo elementos preconceituosos para os alunos, isso tudo em décadas recentes.

Com essa separação da inclusão em sala comum, os deficientes eram privados no processo de aprendizagem sobre alegação que garantia a melhor qualidade do ensino no contato contínuo, e que ainda hoje é articulado pela instituição ministerial educacional que retome esta forma de ensino segregado.

A Integração tem um modelo que se norteia na normalização, nega na questão das diferenças, admitem-se exceções que se baseiam em padrões, requisitos e condições. A escola inclusiva a escola acolhe a todos, sem discriminação, respeita as diferenças sejam elas de sexo, etnias, origem, idade, religião, raça, deficiência etc.

O que ela busca é desenvolver o potencial de cada um, reconhecendo a educação como direito constitucional básico com uma sociedade mais justa e igualitária, e que todos aprendem desenvolvem e contribuem pra um país justo e que educação seja fonte de prioridades tanto para o ensino regular como para o ensino inclusivo.

Os direitos humanos, com base na educação, trouxeram elementos para conter os paradigmas da inclusão, propostas levantadas a partir de orientações pelo direito e seguridade para todos frequentam a sala de aula com a participação de deficientes auditivos, ouvintes e não ouvintes, sem nenhuma interrupção e discriminação.

O decreto de nº 6.253 e decreto de nº 7.611, todas as pessoas com deficiência auditivas têm direito à educação especializada, chamada Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde o surdo terá reforço da língua portuguesa, mais de LIBRAS e demais habilidades, com ambiente que favoreça auxílio escolar.

A Lei de nº 10.436/2002, oficializada em 24 de abril de 2002, fala sobre a Língua Brasileira de Sinais favorece aos surdos e LIBRAS no Brasil, considerada uma das mais importantes e que seja primeira língua dos surdos, é através desta linguagem que coligam com

a sociedade ouvinte, e escola e os professores devem estar ligados nesta concepção para o ensino-aprendizado.

Pensar em práticas pedagógicas e a Língua Brasileira de Sinais nas atividades inclusivas e integradas que almejam a disciplina como alicerce de aprendizagem, quebrando barreiras e pensamentos preconceituosos no processo de ensino-aprendizagem e garantir o acesso conjunto na participação desses alunos deficientes na escola regular.

É comum ser duplamente confundido integração e inclusão, ambos partem de conjunto distintamente de pressupostos, que muitos dos professores em sala de aula faz a distinção de integração e inclusão com alunos regulares e deficientes, sendo que todos saem prejudicados quando não há inclusão, é a interação com todos que foram pessoas em sociedade.

Os alunos devem-se integrar, a um padrão estabelecido pela cultura local escolar, baseados nas expectativas ilusórias da homogeneidade fazendo da diferença uma exceção, na parcialidade da inserção e condição, seja na existência de escola e classes especiais, destina-se aos estudantes, não considerados, aptos a ingressar a uma escola e sala de aula regular engessada o sistema educacional.

A Escola deve estar preparada para receber a todos, isso implica na escola inclusiva uma transformação na cultura escolar de outrora, ou seja, as práticas das políticas pedagógicas, inclusive as pessoas que compõem a unidade escolar, garantindo o direito ao ingresso e acesso.

Nem todas as escolas estão acessíveis assim, por tanto, a inclusão como projeto adicional nas práticas existentes, algumas delas se auto se intitula como escola inclusiva por ter alunos presentes com deficiência, sabemos que é insuficiente para caracterizar a inclusão, mudar a visão da homogeneidade para a diversidade é crer que todos aprendem a se constituir, construir e reconstruir a escola de forma de fato e de direito a todos sem opressão e exceções.

.

Mesmo quando a discriminação é estrutural, a categorização de turmas com desempenho acadêmico, um currículo adaptado com estratégias pedagógicas diferenciadas

apenas para alunos com deficiência antecedendo os modelos de integração, a mesma precede a educação inclusiva, as normas e políticas em vigor, na prática se mantêm as escolas insígnias da inclusão trazendo prejuízo educacional.

As avaliações com nota como resultados são desempenhos pré-estabelecidos que seja exemplos de práticas cansativas interseccionais à exclusão, aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva, na teoria humanística, revela a facilitação do aprendizado.

Segundo Carl Rogers (1976), Abordagem na Pessoa Centrada (ACP), o que adquirimos e aprendermos de informações é individual, singular e peculiar, de forma a subjetividade de ser considerada por cada aluno, e que só a ele retém o que lhe convém, no que acredita no relacionamento com o contexto.

Em um ensino centrado, em suas coordenações e composições pessoais da realidade tal como a sua habilidade de operar como ser integrado, numa conjuntura da vida psicológica e afetiva, da pessoa com seu caminho interno, auto conceito, com seu crescimento que integra a si, em uma realidade coletiva, grupal ou na realidade individual para entender melhor o conteúdo proposto pelo professor.

Em pensamento para uma visão holística e sistemática da pessoa, por acreditar que cada um é capaz de se auto regulamentar em busca de saúde e bem estar, e acreditar no estudante em ser o seu gestor do seu próprio aprendizado Carl Rogers (1976).

Definir e estabelecer conteúdos no pensamento objetivo de aprendizagem na área de conhecimento, se trabalhar o currículo flexível, convergir a Base Curricular Comum e a realidade dos estudantes em uma escolha humanística com uma contribuição significativa no pensamento da psicanálise sobre a teoria humanística para educação.

Para que não haja isolamento do aluno, na medida em que eles deixam de pedir para repetir ou falarem mais alto, sendo na vergonha alheia, podemos associar a três etapas fundamentais para entender cada um em suas perspectivas.

O primeiro a se fazer pensando no ensino e na educação para estudantes com

deficiência auditiva, é conhecer bem os estudantes, tanto individual quanto no meio coletivo.

O segundo passo é criar atitudes que revelam os talentos que cada um tem e trás consigo toda a forma de aprendizagem em seu silêncio íntimo.

O terceiro é avaliá-lo, para que se possa trabalhar um conjunto de metodologias que seja aplicado através de recursos disponíveis no ambiente escolar, seja ele com metodologias ativas ou construtivistas.

São pensamentos e educação voltados para pessoas com deficiência auditiva, que são isolados da sociedade em que vivem e que busca melhoria como cidadã em seu pleito educacional, que devem ser olhado com um viés humanístico, em escola que abranja este conceito.

A teoria humanística revela na construção da personalidade e das relações interpessoais do indivíduo com meio escolar, entendendo a realidade de cada aluno, pode tornar a escola mais justa e se adaptando a realidade, mesmo sabendo da prioridade do ensino no seu cotidiano.

DESENVOLVIMENTOS COGNITIVO-LINGUÍSTICO DO ALUNO SURDO.

Pensado sobre o ensino de uma educação para deficiente surdo, lembramos que ele tem sua própria língua “mãe ou materna” a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), é a forma de expressão em que a linguística de natureza-motora, com a própria estrutura de gramática, constitui um sistema de transmissão linguística de ideias e fatos, com sua gênese de comunidade de pessoas surdas no Brasil.

A origem da LIBRAS no Brasil, teve seu princípio na luta pela educação dos surdos, ficando registrada na atuação do Francês, convidado pelo D. Pedro II, Eduard Huet, que em 1857 veio ao Brasil para dar início a primeira escola de surdos do país, nomeada de Imperial Instituto de Surdos Mudos.

O aluno surdo tem todos os direitos e alfabetizar em sala regular, ele pode aprender a ler, escrever, mesmo que sua escrita seja um pouco diferente, a escola tem que fornecer o intérprete de LIBRAS, para que haja um engajamento e que se desenvolva na sua segunda língua a Língua Portuguesa.

De forma de se preservar e de garantir a identidade das pessoas das comunidades surdas, contribuindo para sua ascensão e valorização do reconhecimento da cultura surda. Para os especialistas, a deficiência surda está vinculada às lacunas na cognição e pensamento para um entendimento da concepção da compreensão como diferença linguística e cultural.

A surdez compromete o desenvolvimento cognitivo-linguístico, tonal e vocal que está comprovado cientificamente que está associado, em grande medida. Partindo que os surdos não conseguem em tempo real desenvolver capacidades intelectuais e capacidades de compreensão e percepções de maneira rápida em associação com o meio, leva certo tempo para que os entendimentos do que se fala chegue no entendimento.

Os surdos podem muito bem desenvolver suas habilidades cognitiva elinguística, assegurando-lhes o uso da língua brasileira de sinais em todos os ambientes sociais, inclusive na escola, universidades, são o processo de aprendizagem de língua materna que proporciona a interação com meio.

Mesmo que comprometa as suas habilidades e desenvolvimentos, o maior problema é a acessibilidade a uma língua, a ausência dela tem consequências graves, tornando o indivíduo solitário, antissocial e compromete sim o seu desenvolvimento como indivíduo e suas capacidades mentais.

É através da linguagem de sinais que transmitem seus sentimentos e a comunicação como semelhante, constrói suas identidades e subjetividades compartilharam a compreensão do mundo, através do silencio sonoro, que é compreendido pelos seus semelhantes e entendido aqueles que entendem o deficiente auditivo.

As expressões ao se comunicar em libras com outras pessoas, é comum falarem que os surdos são irritados e bravos, na verdade é a característica da língua brasileira de sinais para se comunicar com outro mostrando seus sentimentos ao se comunicar, através de expressões corporais, assim mostram seus sentimentos.

Esses adjetivos inapropriados e construídos nas bases em paradigmas por aqueles que insistem em educar através da oralidade, grande erro, trazendo desconfortos à comunidade que tanto luta que todos entendam sua linguagem, e compreenda. Muitos erros cometidos perante a comunidade surda uma delas, entre muitas, que o surdo precisa ser oralizado para se reintegrar na sociedade e na escola de ouvintes.

Há consequências marcantes que se pode se dizer a busca desenfreada pela recuperação da audição e o desenvolvimento da fala vocalizada, pelo surdo são elementos que se traduzem sentimentos negativos como; desejo, dor, privação, aprovação, opressão, discriminação e frustração.

Esses fatores foram vistos e narrados em muitos relatos, e todos os surdos têm fatos marcantes e tristes para relatar, traumas que viveram e viveram durante séculos, em até certo ponto foram violentamente banidos e proibidos à língua de sinais, sendo oprimidos dantes de autoridades austeros.

Oralizar é um fato negativo para a língua dos surdos, caracteriza correção e imposição de treinos exaustivos, repetitivos e mecanizados da fala, levando em conta que a surdez tem seus níveis de decibéis que seja reversível ou não para que o som seja ouvido em tons.

O grau de surdez varia seja ele leve ou profundo, a surdez leve pode ir se agravando de acordo com o tempo e virar surdez profunda, vejamos o grau limiars de cálculos os resultados de decibéis sendo o; 1-normal “ até 25 dB, 2- leve; de 26 a 40 dB; 3- moderada de 41 a 55 dB; 4-moderada severa 56 a 70 dB; 5-severa de 71 a 90 dB 6-e a profundidade maior que 91 dB.

Na demonstração mostra que a classificação dos decibéis que várias os tipos de surdez não pode nos desorientar quanto ao ensino e entendimento das relações que cada

indivíduo estabelece através da comunicação e com as libras a sua identidade surda.

Há fatores que ocorrem no cotidiano discriminatório por ser surdo é visivelmente praticado, seja ela na fila do banco, caixas eletrônicos, casas lotéricas entre outros e tudo isso não temos políticas que adotem punições discriminatórias que faça a sociedade entender sobre os deficientes auditivos.

.

O deficiente auditivo existe intolerância, pois para os ouvintes por ser deficiente tem que ser visível a olho nu, para o surdo não seja homologado das filas dos estabelecimentos têm que apresentar documentos comprobatórios para não serem desrespeitados.

Os aparelhos auditivos, para muitos, auxiliam o surdo a ouvir melhor, mas apenas em ruídos nas onomatopeias das palavras dificulta muitos na transmissão correta da linguagem gramatical que traz motivos de zombarias nas rodas de conversas paralelas.

Funcionam também para restabelecer a tonalidade vocal das palavras emaranhadas portuguesas nos aparelhos auditivos, tornando um elo entre ouvintes e auditivos, mas em muitos casos os aparelhos não funcionam devido a gravidade da surdez.

A audição dos surdos, severa, diagnosticada uma inverdade, eles ampliam o som da voz que se mistura com outros ruídos que atrapalham, muitas vezes, na fala por não entender o que se fala, embora os sons extraídos dos surdos não sejam de forma clara para os ouvintes.

Quando a pessoa perde pela idade tem a perda progressiva devida seus anos de vida entre outros fatores neste caso o aparelho auditivo é satisfatório, a pessoa já tem um cognitivo apurado como ouvinte e por muitas razões houvesse a perda auditiva, ela já tinha estabelecido a comunicação oral das palavras.

Na parte que discorre sobre o surdo, marcada pela diferença pejorativa e concepções irreais sobre a convivência da comunidade surda, o silêncio muitas das vezes impera sobre visão estereotipada que temos dele, são projeções sobre ouvintes que distorcem sobre as reais condições surdas.

A própria comunidade surda constrói sua identidade, sua cultura, seu desenvolvimento, é possível que dialetos sejam surgidos, que ultrapassem os paradigmas patológicos, tornando suas comunicações únicas e restritas em seus grupos, criando laços entre eles.

Como a oralização é uma prática pelos ouvintes impostas aos surdos de maneira vulgar, em uma retração da aceitação da surdez como caminho cultural, acreditando que a oralidade seja a maneira mais viável para a soberania em sociedade, ainda percorre em estabelecimentos que pudesse proporcionar uma educação para os ouvintes aprenderem a Libras.

Mesmo na evolução tecnológica, ferramentas utilizadas para a concepção de melhoramento da surdez, ainda as empresas não estão adaptadas para a comunidade surda no país com Nove milhões de deficientes auditivos e caminha a passos lentos a interação com a comunidade surda.

Para concluir o capítulo sobre a educação para surdo e no capítulo a seguir veremos alguns recursos didáticos aplicados para o ensino da geografia para deficientes auditivos sendo acessível e de custo baixo.

CAPÍTULO 4

4.1 RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.

Para um ensino que aborda várias questões ambientais e sociais, o ensino da geografia pode trabalhar recursos didáticos específicos, capazes de favorecer o aprendizado através de Jornal, filmes, livros didáticos, aula de campo e expositiva, maquete, globo terrestre, mapas, e tecnologias pautadas nos conhecimentos tecnológicos (FISCARELLI, 2004).

O ensino da geografia para uma sala inclusiva no Brasil, sabe-se que passou por vários embates até fazer parte curricular oficial no ensino fundamental e mesmo assim hoje em dia não se têm recursos humanos e materiais para esse público carente de

aprendizagem.

As mudanças na geografia são significativas, logo percebemos a importância dos recursos tecnológicos, didáticos e humanos na elaboração desse processo de mudança que se faz necessário, estamos em constante transformação social que leva ao ensino cada vez mais atual e que todos devem entender da importância da geografia em suas vidas.

Para iniciar a proposta aqui apresentada se faz necessário antes uma aula expositiva do conteúdo trabalhado, com isso se faz indispensável uma revisão bibliográfica em artigos, livros e revistas para assim garantir a estrutura teórica da proposta para os dados coletados seja propostos pelos estudiosos que tanto agregam a sociedade.

Após a revisão bibliográfica uma metodologia foi criada com a iniciativa de ilustrar os conteúdos vistos previamente na aula expositiva, trazendo sempre passo a passo que todos compreendam o estudo proposto em sala de aula, para que ninguém fique saem saber e realizar as tarefas.

As propostas giram em torno de jogos lúdicos que apresentam, e suas características, de início têm um jogo de dados que busca trazer questões sobre as diversidades e seus aspectos culturais, são através destes jogos que entram a disciplinaridade.

O conceito básico na noção sobre a geografia é de grande relevância na construção do conhecimento do alunado, são conteúdos relevantes que proporciona o conhecimento e saberes geográficos em dinâmicas representativas propostos pela Geografia.

Embora o livro básico seja um dos recursos mais acessíveis para a escola, para o educador e para o educando, ainda prevalece um ensino de maneira arcaica nas aulas de geografia, e quanto aos professores das escolas das faltas incentivo e estímulo motivacional para uma inovação de suas metodologias.

Repensar a sua prática pedagógica é de grande valor para o ensino e aprendizado, tanto para ouvintes como para alunos surdos, são as práticas que são aprendidas o verdadeiro estudo que se leva a formação do indivíduo crítico e construtivo.

Essas mudanças para o ensino da geografia sobre os recursos didáticos para o ensino da geografia, não é de competência apenas do docente, mas também através de políticas educacionais que se adequem ao alunado por parte do governo que é o provedor de recursos financeiros.

O apoio tanto escolar como familiar, facilita na aprendizagem dos alunos, é no seu

dia a dia que se estabelecem relações de conceitos sobre, lugar, paisagem, região, desejo, bairro, casa, no quintal, comunidade etc. E a sociedade civil contribui para que os estudos sejam realizados e ações sejam tomadas.

Podendo, o professor, analisar e elaborar mapas de percursos que os alunos fazem diariamente da escola para sua casa, de sua casa para o trabalho, não necessariamente nesta ordem, são tipos de projetos que os alunos podem compreender sobre mapas, sobre sua localidade, sobre a maneira em que se vive em sociedade.

Como professor é provedor de estímulos aos alunos para realizar o papel de pesquisador de seus próprios conhecimentos, são ações pedagógicas que capacita os alunos a serem cientistas em sua própria escola, no estímulo a entender melhor o conteúdo proposto.

Com isso é imprescindível, antes de realizar uma pesquisa de campo, uma prévia dos elementos que constituem a pesquisa através do espaço geográfico, onde os alunos pesquisaram uma fundamentação de preferência algo que tenha haver com a sua realidade.

O aluno que se importa e busca a pesquisa como método de aprendizagem, estimulado pelo professor a escola apoiando, ele aprende a catalogar, observar e analisar informações reconstruindo constantemente o seu saber, sua autonomia age como um cidadão em sua contextualização de refletir sobre o lugar que vive sua gênese, relações sociais e sua potencialidade (NUNES & RIVAS, 2009, p. 4).

Em compreensão melhor, segundo Fiscarelli (2008) as principais tendências que existem de recursos que sustentam o discurso e saberes que muitos deles não condizem com a realidade praticada em sala de aula, que umas das principais problemas da utilização é adaptação aos temas propostos pela disciplina.

Muitos autores do seguimento de utilização da didática do uso de fontes de recursos didáticos pedagógicos afirmam que o professor deve estar antenado quanto à utilização, são matérias que esteja e sejam abordados em sala de aula para que os alunos estejam ligados um aos outros.

Na Geografia os recursos didático-tecnológicos são imprescindíveis para tornar as aulas atrativas, inovadoras possibilitando dinamizar tanto para o professor quanto para o aluno sem fugir do contexto, estimulando e buscando elementos didáticos para aula com recursos que muitas vezes o aluno possui, como celulares e notebook.

A interdisciplinaridade está contida nas aulas de geografia quanto a utilização dos recursos, seja em filmes, slides, podcast etc, isso contribui de forma significativa para o desenvolvimento e enriquecimento não apenas de geografia mas também com outras disciplinas.

Os exemplos clássicos sobre a não utilização de recursos didáticos acessíveis e baratos, que se têm nas escolas e é pouco utilizado pelo professor, um deles é o Mapa Mundo e da Cidade que vive globo terrestre. Segundo estudos, o globo terrestre tem sido obsoleto nas escolas, sendo apenas para objeto de decoração e esquecidos pelo educador, Schäffer et al (2005).

A utilização do globo na aula de Geografia serve para adicionar informações relevantes como a orientação, leitura de mapas, situações e origem de tempo, fuso horário, onde irá acontecer jogos mundiais, meridianos, países, onde o terremoto pé mais propícios etc.

Todavia a utilização do globo terrestre de se dá dimensão da forma real da terra, demonstrando a sua forma, os elementos físico-geográficos, divisões políticas dos países e as causas de tantas guerras, coordenadas geográficas, movimentos de rotação e translação e seus impactos, eclipses etc.(SCHÄFFER et al, 2005).

Repensar em uma prática com recursos didáticos para o surdo, além-ditos acima sobre a utilização do globo, o professor pode realizar a confecção de um globo terrestre, onde todos elaboravam uma parte a partir de um princípio, integrar todos na elaboração, uma aula prévia sobre o que ser feito.

Jogos também é uma forma de se trabalhar com o ensino da geografia em sala da EJA para deficientes auditivos, propostas com metodologias ativas que favorecem aos

deficientes, trazendo mais para unτος da socialização, promovendo interação e inclusão em sala de aluno devido ao conteúdo proposto.

As propostas giram em torno de jogos lúdicos que apresentam as regiões do Brasil e suas características, de início têm um jogo de dados que busca trazer questões sobre as regiões do Brasil e seus aspectos culturais. Após a revisão bibliográfica uma metodologia foi criada com a iniciativa de ilustrar os conteúdos vistos previamente na aula expositiva.

Os conteúdos escolhidos para trabalhar com essa metodologia giram em torno das questões envolvidas com as regiões do Brasil e sua divisão, tendo como base em dados obtidos pelo Sousa, IBGE e por Correia (2003). Os dados devem esta de acordo com realidade, sem fugir da realidade.

Região e organização espacial do Brasil, onde a regionalização do Brasil é abordada e suas características de forma geral e informações relacionadas à população, economia e agricultura, são para facilitar o entendimento das regiões e que cada uma tem características distintas mesmo estão em.

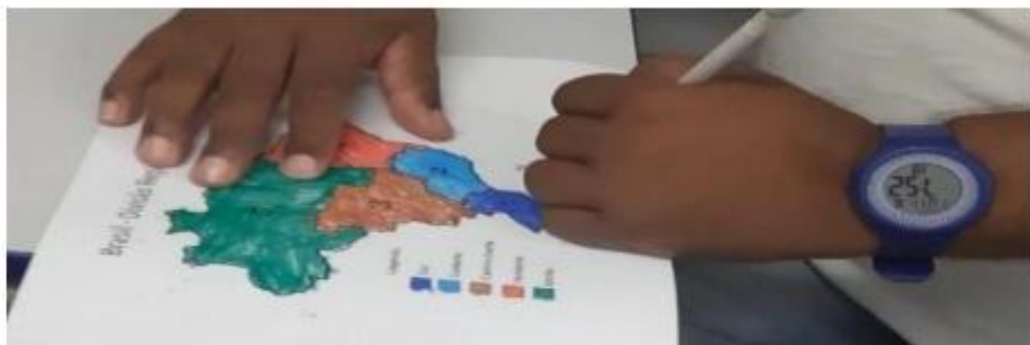
Para iniciar o jogo os estudantes são divididos em uma trilha respectiva de cada região do Brasil. Essa trilha é marcada por uma cor e uma representação, por exemplo, na região norte temos a cor verde e uma indígena como representação, após a divisão por região os estudantes se caracterizaram com adereços referentes a cor e aspectos culturais de sua região escolhida.

Ao iniciar o jogo o dado é jogado e com isso é retirado um número de casas que o grupo de estudantes irá andar na trilha, e com isso também é feita uma pergunta que envolva o tema proposto do trabalho, se faz importante salientar que o conteúdo destas perguntas já foi visto previamente em sala de aula, que consistiu na apresentação do mapa do Brasil, das regiões e suas características.

Pátio onde o jogo foi executado regiões e tabuleiro do jogo



Pintura que antecederam os jogos em regiões e tabuleiro do jogo



Mapa do Brasil dividido em regiões e tabuleiro do jogo





Para a implementação da proposta, consiste em um mapa do Brasil em tamanho grande, em que está dividido em regiões com algumas referências culturais, sociais e econômicas que servem como uma espécie de símbolo de cada região, um dado de 6 lados e alguns adereços que se referem a características das regiões do Brasil.

Pelo fato de se trabalhar com uma turma inclusiva, o público de estudantes contemplados por essa metodologia, não se difere de uma turma regular, tendo em vista que algumas estudantes auditivas severas que dificultam o entendimento padrão dos conteúdos apresentados.

Com isso os jogos foram feitos da forma mais ilustrativa possível para poder assim poder contemplar de maneira lúdica todos os estudantes. É de extrema importância

trabalhar um assunto tão importante, ainda mais em uma turma da modalidade EJA , onde temos o início de uma base geografia.

Fazendo uso de um jogo lúdico podemos garantir a integração do estudante como conteúdo apresentado, e com isso é possível sustentar uma nova forma de aprendizagem.

De acordo com o PCNs (1997, p, 128), aprendizagem na geografia com atuação direta com recursos didáticos é não tão somente por fazer parte de nossas vidas como informações necessárias e úteis na construção do saber, nos primeiros ciclos de estudos, observar que a geografia da superfície terrestre e das relações do homem e seus aspectos sociais.

Alguns educadores apontam sobre algumas matérias lecionadas e alguns empecilhos sobre o ensinamento, como por exemplo, a cartografia, que não há livro didático voltado para o surdo.

Com ajuda do intérprete de Libras, pode-se afirmar que os recursos visuais trás elementos compostos de informações que permitem ajustar outros sentidos.

Mas não podemos tirar as competências do educador em suas adaptações educacionais em ministrar as aulas, certamente verá uma maneira que mais se adeque ao aluno surdo, seja ele como intérprete de Libras ou não.

CONCLUSÃO

A pesquisa bibliográfica realizada foi uma porta para adquirir uma reflexão para colocar em um trabalho que enriquece a todos e só foi possível através de um olhar que constataste a deficiência do ensino, que persiste no método antigo, retrógrado, no processo de formação escolar do ensino aprendizagem.

A educação no cenário brasileiro é um caminho tortuoso e desafiador para quem ensina e estuda, pois há significância grandiosa na evasão escolar, sendo de várias causas, uma delas é o ensino retrógrado sem utilização de recursos didáticos, como filmes, jogos, Datashow etc. e tecnológicos que contribui para o ensino aprendido.

Não podemos deixar de lado os programas sociais que também contribuem para um bom desempenho escolar e como se mantêm em sala de aula. Mesmo que aprofundamos na legislação da EJA, de grande valia para um cenário atual do país com cortes de orçamentos educacional e principalmente de pesquisa, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei 9.394/96 que estabelece no capítulo II, seção V.

A Educação do EJA que no artigo 37 ler-se “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada” afirma ainda que seja inclusiva e compensatória dessa modalidade de ensino não podendo se negar o acesso escolar, uma política social ganhando força depois da implementação da LDB.

Lendo a LDB os estudos bibliográficos de teórico que tanto contribui para este estudo e indo a campo, tornando possível, um estudo em vivência em sala de aula e bibliográfico como instrumento transformador, pôde levantar estruturas capazes de entender melhor o ensino em escola bilíngue e não bilíngue para deficientes auditivos no ensino do EJA.

Assiduidade para os deficientes auditivos é importantíssimo para que todos os dias aprendam a socializar, aprender e diagnosticar a convivência com os demais, os pais e os professores devem incentivar a estudar, com isso o professor possa observar melhor sua metodologia.

A secretaria de educação que são os alicerces para implantação e junção para dá

suporte e ferramentas para que o docente possa trabalhar formas de resgatar para o desenvolvimento dentro e fora de sala de aula, trazendo atualizar os docentes a para essa nova era digital que acompanha o ensino.

Sem ferramentas e capacitação o professor, a qual acompanhou que se formaram há 20 anos, e aulas ministradas de Geografia de maneira ultrapassada dificultavam o aprendizado e fogem do foco atual, contudo pelo excesso de carga horária a falta de recursos humanos, equipamentos, para lhe auxiliar, o professor também não é estimulado para ensinar e trazer alternativas para um ensino.

Observei que o professor não seguia um ritmo de assuntos conjugados e retilíneos, apenas reproduzia a informação que vinha o que se julgava necessário tornando as aulas cansativas e sem elementos que prendam os alunos, que apenas copiavam em que lia no quadro. Sem a ajuda de um planejamento curricular e espelhos como o livro que possuem unidades para ajudar na disseminação da informação, o docente buscava em site de buscas suas informações para copiar no quadro.

Na sala de aula não havia troca de diálogos com aluna surda, e o mais grave a falta de intérprete de libras para a aluna surda e conhecimento de libras pelo professor e nem se quer sabia que existia uma aluna surda, os alunos só copiavam do quadro o assunto e diversas vezes não sabiam o significado de certas palavras, a PCD não era assídua nas aulas devido ao despreparo da escola.

Difícilmente o professor poderia ter uma aula que fosse basicamente teórica, não há estímulo áudio visual que pudesse prender atenção dos alunos, com tudo isso não poderia engajá-los nas discussões de maneira apropriada e denotando o ponto de vista de cada um, portanto podemos entender melhor o universo silencioso dos surdos despertarem os interesses de vir à escola.

Por quase três meses a observar de longe, e quando a observava de perto notava que ela não tinha uma escrita amigável, não anotava com caneta esferográfica e sim de lápis de madeira, mostrando a insegurança nas palavras e com o conteúdo compreendendo o desestímulo pelo conteúdo de geografia tornando algo tão mecânico e acerca da alfabetização fracassada.

Vendo que sem diferenciar um lado humanístico das possibilidades da evasão e das deficiências escolares e patológicas para os alunos deficientes no ensino da EJA, o

professor ainda trás metodologias arcaicas para seu alunado, não buscando ferramentas que tragam discursões que contribuam para dinâmica em sala de aula, tornando uma maneira de alienar ainda mais os alunos.

Sabe-se que os professores não tem uma capacitação acadêmica em libras, capaz de levantar seus conhecimentos em um que movimentos que construa habilidades em suas atribuições em sala de aula, tornando cada vez mais longe o aluno do professor. Não se pode culpar apenas o professor pelo processo do retrocesso, mas o mesmo poderá contribuir com metodologias ativas.

Compreendo que foram dois anos de Pandemias, com restrições rígidas, com restrições de mobilidades e difícil acesso tecnológico e sem recursos disponíveis para todos que os estudantes e professores, que têm jornadas diárias e chegam cansados, exaustos, como foi ditos nos capítulos, passando o dia no trabalho ou no subemprego, muitas vezes no Sol escaldante, carregando peso, ou até mesmo em péssimas condições de trabalho.

Inserido os elementos teóricos que o ensino da geografia permite e trazendo fatos das comunidades e material visual de sua comunidade, assim permitem ao aluno com engajamentos pertinentes sociais visando e tornado claro a importância do meio ambiente mais social e justo.

Deste modo vejo que a escola, o aprendizado e a educação estão em um declínio indo para falência da escola pública, tornando cada vez mais jovens alienados, sem prerrogativas de acesso aos direitos, sem informação de área de riscos, de descartes lixos, sustentabilidades.

Uso correto dos recursos hídricos entre outros. Por fim, vejo que cada vez mais os professores tentam buscar mais recursos financeiros, conformismo do que levar para as pessoas informações e ensinos de qualidades.

Uma problemática que ecoa nos andares escolares a falta do que fazer e acontecer no ensino, que haja mais integração dos professores e dos alunos, mas por outro lado existe via de mão dupla, sem tecnologia e acessibilidades aos professores colocarem em prática elemento básico a para um ensino de geografia para deficientes auditivos em escolares bilíngues e regulares.

Cada vez mais distantes de levar informações e conteúdos capazes de tornar alunos

mais críticos e construtivos, a Escola fica sucateada no velho ensino de aprendizagem das falácias, sem levar em conta a deficiência auditiva, que por sua vez seu cognitivo fica para traz sem crias expectativas de entendimento do que se fala, no setraduz.

Para me qualificar melhor sobre o fracasso do ensino, sobre o meu olhar, mesmo antes da Pandemia, e com a Pandemia, já se tornava a insatisfação estudar, com diagnostico ainda mais presente sobre o péssimo ensino brasileiro, que mostrar cada vez mais quantitativo do que qualitativo.

Os alunos não tem uma boa reflexão, não é críticos, qualidade motora reduzida,a socialização de pouca comunicação, enfim nossos alunos regulares e os deficientes auditivos estão longe do ideal para uma escolaridade de qualidade e pessoas cada vez mais alienadas sem buscar razão em suas reivindicações.

Deve-se ter uma mudança de postura metodológica do professor de Geografia para promover aos alunos surdos um desenvolvimento cognitivo, atitudinal eprocedimental que haja envolvimento dos alunos como um todo em uma linguagem bilíngue.

Problematizando sobre o aluno surdo, que maiores dificuldades do aluno surdo em sala bilíngue o regular não é apenas a surdez em si, é o que se processa dentro da privação sensorial provoca, em sua representação simbólica, da ação mental, já que o entendimento tormenta no entendimento que tanto falo que é o cognitivo.

Apesar do individuo ter a possibilidade de entender e compreender, em seu tempo, a demora é dificultada por não ter oralidade como o sujeito ouvinte, não se consegue se desenvolver sozinha esta habilidade, é necessário aprender de forma deliberada uma linguagem para conectar para haver trocas de informações seja oral ou gestual, por isso a capacitação do professor e um ambiente que proporcione esta interação.

Deixando claro que o cognitivo deve-se levar como primordial para o ensino e aprendizado, para que haja elementos de trocas de comunicação, o processo de entendimento é lento, indutivo, que diversas vezes oprime o aluno deficiente, seu aprendizado é dia pós dia como uma construção de uma escada.

Para inseri mais o aluno em sala bilíngue do EJA é de grande relevância um trabalho pedagógico desenvolvido pela escola que podemos citar como;

*Comunicação através da linguagem de instrumento simbólica como libras, mímicas, fala gestual e figura etc.

*Engajar o aluno nos diálogos e na argumentação propostos.

*Envolver em pensamentos e linguagens em coletivos em variedades assuntos atuais.

*Permitir que desenhem em suas formas de enxergar o mundo, criando habilidades psicomotoras.

*Promover jogos de forma que a linguagens gestuais seja permitida.

*Atividades representativas por meios de questionamentos dos por quês?

*Manifestar opiniões decentralizando os ouvintes.

Muitos desafios ainda a serem enfrentados e solucionados, tanto pelo lado do professor como para o deficiente auditivo, tenho que mencionar algumas dificuldades estão sendo concretizadas como destacar as acessibilidades as escolas Bilíngues, cultura de que o aluno surdo não possa desenvolver outras aptidões, qualificação dos professores nas universidades, Simpósio etc.

O que podemos avaliar nesse contexto é que há uma saída, essa saída não é individual e sim coletiva, onde a comunidade educadora que é formada por Professores, coordenadores, psicólogos, colaboradores escolares e com recursos humanos destinados atender a todos, os mesmos que atuam nas secretárias, profissionais da limpeza e alimentos entre outros.

REFERÊNCIAS

- <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada111/07edu1101.pdf>> Acesso em: 20 de abril de 2022
- <<https://www.scielo.br/j/sur/a/Ts7CK9xQgFjBwJP5DRBFvJs/?lang=pt>> Acesso em: 13/09/2021
- ALVES, M. S.; CARDOSO, E. S. **O ensino de geografia e os estudantes- trabalhadores da Eja: trabalho e espaço em sala de aula**. Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, v.11, n.1, p.141-154, junho, 2010. Disponível em:
- ANDRADE, Valdemira Pereira Canêjo de. **A relação entre ensino e pesquisa no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2021.
- ARBACHE, A. P. B. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2001.
- BATISTA, Marize Damiana M. Batista. **Do cansaço da lavoura ao alívio na Escola**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia. 2009.
- BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. 6. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96)**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: . Acesso em: 23 mar. 2017.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/2001)**. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.
- BRASIL. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC/SEF, 2002.
- CALLAI, H. C. **A formação do professor de Geografia**. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, n. 20, p. 39-41, dez. 1995
- CALLAI, Helena Copetti. **O conhecimento geográfico e a formação do professor de Geografia**. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E, 2011.
- CALLAI, Helena Copetti. **A GEOGRAFIA E A ESCOLA: MUDA A CASTELLAR**, Sonia Maria Vanzella. **A formação de professores e o ensino de Geografia**. Revista Terra Livre, n. 14. São Paulo: AGB, jan-jul 1999.
- CAVALCANTI, L. S. A. **Formação inicial e continuada em Geografia: Trabalho pedagógico, metodologias e (re)construção do conhecimento**. In: ZANATTA, B. A.; SOUZA, V. C. (Orgs.). Formação de professores: Reflexões do atual cenário sobre o ensino da Geografia. Goiânia: NEPEG, 2008.
- CLAUDE, Richard Pierre. **DIREITO À EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA OS** DI PIERRO, M. C. **Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos**. Revista Gestão Escolar, São Paulo, v. 6, n. 31, maio. 2014. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/114/os-desafios-para-garantir-a-educacao-de-jovens-e-adultos>> Acesso em: 21 abr. 2022.

- DIREITOS HUMANOS.** Sur, Revista internacional de direitos humanos. 2. 2005. Disponível em:
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FURINI, Dóris Regina Marroni; DURAND, Olga Celestina da Silva; SANTOS, Pollyana dos. **Sujeitos da educação de jovens e adultos, espaços e múltiplos saberes.** In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). Educação de jovens e adultos e educação na diversidade. Florianópolis: NUP (Núcleo de Publicações do CED), 2011. Cap. 3. p. 158-245.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003
- Geografia.** São Paulo: Ed. Cortez, 2007.383p.
- GEOGRAFIA: por uma mudança de paradigma científico.** Giramundo, Rio de Janeiro, V. 2, N.4, P.47-59, Jul./Dez. 2015
- GEOGRAFIA? MUDA O ENSINO?** Revista Terra Livre, n. 16. São Paulo, 2001
- <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Ensenanzadelageografia/Metodologiaparalaensenanza/14.pdf>.
- <http://www.forumeja.org.br/book/export/html/3019>
- <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/por-onde-comecar/conceitos-fundamentais/>
- <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-95332/carl-rogers>
- KAERCHER, N. A. **Geografia é o nosso dia-a dia.** In: **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões/org.**A.C. Castrogiovanni(et al.)-4. ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2003.
- LIMA, W. dos R.; PIRES, L. L. de A. SOUZA, P. H. de. **A educação de jovens e adultos, o educando e o contexto da pandemia.** Itinerarius Reflections (Online), v. 16,p. 1-20, 2020.
- MACHADO, Vanessa C.; MATTOS, Mayra de. **Ensino de geografia na educação de jovens e adultos.** In: FERRETTI, Orlando; CUSTÓDIO, Gabriela A. (orgs). Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II: segundo semestre de 2013. Florianópolis: NEPEGeo; UFSC, 2014
- MENEZES, V. KAERCHER, N. A. **A FORMAÇÃO DOCENTE EM**
- MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Cruzada ABC. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/cruzada-abc/>>. Acesso em 27 abr 2022.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001.Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em 20 jul 2022.
- PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior.** São Paulo: Cortez, 2002
- PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N.H. **Para ensinar e Aprender**
- SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Educação de jovens e adultos no Brasil: uma análise histórico-crítica.** Revista Eletrônica de Ciências da Educação. Campo Largo, V. 5, n. 2, 2006.
- SILVA, J. S. **O ensino de geografia na EJA: adequabilidade dos conteúdos à vivência dos alunos.** Brasília: Universidade de Brasília, 2010.
- SOUZA, S. J. **A importância do ensino de geografia para os alunos da educação de jovens e adultos (EJA): Uma reflexão teórica.** Revista Tocantinense de Geografia Araguaína v.10, n.20 Jan.-abr./2021
- VIEIRA, M. C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e**

adultos: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

ZENI, J. M. **Educação de Jovens e Adultos: Repercussão do processo educacional para o empoderamento do sujeito do campo.** 2018. 120f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Lajeado, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/2363>> Acesso em: 16 maio 2022.